



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ARACAJU
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

**PARECER DA COMISSÃO DE OBRAS,
SERVIÇOS PÚBLICOS, TRANSPORTE E MEIO
AMBIENTE AO PROJETO DE LEI
203/2018.**

RELATOR: MARCOS ANTÔNIO SOARES DE SOUZA.

AUTORIA: KITTY LIMA , VINICIUS PORTO E ZEZINHO DO BUGIO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei “ Dispõe sobre a proibição de fornecimentos de canudos confeccionados em materiais de plástico, nos locais que especifica e dá outras providencias correlatas”

Eis apartado relatório. Passa-se a analisar o mérito.

II- VOTO

Compete a esta comissão a verificação da existência dos requisitos legais para regular tramitação do projeto de lei em análise, tais como ausência de ofensa a Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual, Lei Orgânica do Município de Aracaju e demais leis infralegais municipais.

O parecer jurídico visa analisar a legalidade do Projeto de Lei nº 203/2018 que lei que proíbe, no município de Aracaju, o fornecimento



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ARACAJU
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

de canudos de material plástico aos clientes de hotéis , restaurantes, bares, padarias, vendedores ambulantes, entre outros estabelecimentos comerciais.

Em substituição aos canudos de plástico poderão ser fornecidos canudos em papel reciclável, material cosmético ou biodegradável, embalados individualmente em envelopes hermeticamente fechados.

Assim prevê a Lei Orgânica Municipal:

“Art. 19 – Compete ao Município, além de outras atribuições: – Compete à Câmara, fundamentalmente: legislar sobre interesse local.

Não existe vício de formal ou matéria. É competente o município para legislar sobre tem legitimidade e competência para editar lei a defesa do consumidor conexa com questão ambiental. A Lei Orgânica em seu tem como princípio, segundo o “ artigo171 A ordem econômica, fundamentada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente.

O projeto de lei fez uso fez uso de sua competência concorrente para legislar sobre a proteção ambiental e defesa do consumidor ao tratar sobre o tema previsto nos artigo Art.178:



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ARACAJU
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

**“ Configuram abusos de direito e da função
social da propriedade:**

**I - retenção especulativa de solo não construído
ou qualquer outra forma de deixá-lo subutilizado
ou não utilizado;**

**II - construção ou reconstrução com padrões
inferiores ao estabelecidos no plano diretor de
desenvolvimento urbano;**

**III - desrespeito à preservação ambiental.” (grifo
nosso)**

**Esse projeto substitui os canudos de plástico poderão ser fornecidos
canudos em papel reciclável, material cosmético. O projeto é
constitucional e legal, em se tratando se legislação acerca da
questões de relações de consumo e ambientais previstos na Lei
Orgânica do Município de Aracaju , artigos 281, “ O Município
defenderá o consumidor, com medidas preventivas e punitivas, para os
que confeccionarem ou venderem produtos que o satisfaçam às
condições apregoadas ou tragam prejuízos a saúde e à segurança das
pessoas e artigo 19 da Lei Orgânica do Município de Aracaju que
determina como atribuição municipal em seu inciso XXXVIII -**



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ARACAJU
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

recuperar, proteger e preservar o meio ambiente, combatendo a poluição.

Não há falar-se na inconstitucionalidade ou ilegalidade da norma municipal, na medida em que não extrapola o disposto na lei federal, não havendo que se falar em invasão de competência legislativa, pois a competência legislativa suplementar do Município autoriza a regulamentação das normas federais, para ajustá-las às peculiaridades e interesses locais.

É por meio de projetos deste jaez que o questionado federalismo brasileiro se fortalece, na medida em que não se pode imaginar que a lei nacional consiga estabelecer exigências de necessidades locais, de uma maneira uniforme, se não se reconhecer, com base na própria Constituição da República, a possibilidade de que os Municípios, por meio de leis locais, estabeleçam, no interesse específico da comunidade, exigências outras que, sobre não ofenderem o mínimo estabelecido na legislação federal, na verdade, dão concretude aos princípios e valores constitucionais referentes as questões ambientais e consumeristas. Do contrário, não se estaria efetivamente, assegurando a existência e a realização dinâmica de um Estado Democrático de Direito em um Estado federal.

O município é competente para legislar sobre a matéria do projeto em análise.

A respeito do inciso I do art. 30 (Compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local), Manoel Gonçalves Ferreira Filho observa que, desde a Constituição de 1934 (art. 13, caput),



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ARACAJU
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

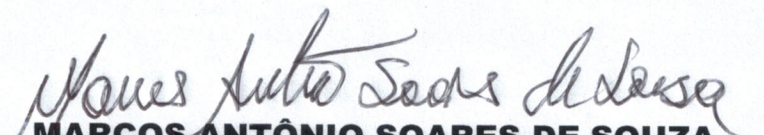
atribuía-se ao Município a competência legislativa nas matérias de peculiar interesse. De acordo com ensinamento de Sampaio Dória, deve-se entender por peculiar interesse municipal, "tudo aquilo que for, predominantemente, preponderantemente, de seu interesse".

Em face do exposto, conclui-se pela legalidade do Projeto. Concluimos pelo parecer favorável a tramitação, segundo fundamentos acima explanados.

É nosso parecer.

Sala das Comissões,

Aracaju, 18 de dezembro de 2018.


MARCOS ANTÔNIO SOARES DE SOUZA
SEU MARCOS

RELATOR

VEREADOR
CARLITO ALVES



gthantos.:

*alves Soares de Souza
gthantos. Souza*